

Atraso sim, moratória jamais, avisam os EUA.

O Brasil tem todo o direito de proteger suas reservas cambiais, mas qualquer ruptura unilateral (moratória) com os bancos credores pode custar muito caro ao Brasil e afastá-lo do acesso ao Plano Brady de redução da dívida externa. A advertência foi feita ontem pelo subsecretário do Tesouro dos EUA, David Mulford, durante café da manhã com 12 empresários brasileiros no Rio. Mais tarde, depois de um encontro de mais de três horas com o ministro Mailson da Nóbrega em Brasília, Mulford revelou que “as condições econômicas (do Brasil) estão melhorando e as perspectivas são muito boas”.

Depois de passar pela Argentina e Chile, Mulford chegou ao Rio de Janeiro anteontem à noite e às oito horas da manhã de ontem já tomava café com empresários, na casa do presidente da Montreal Engenharia, Sérgio Quintella. Um dos criadores do Plano Brady, ele disse ter-se inspirado no Brasil para elaborá-lo, mas alertou que o País só terá acesso aos benefícios de redução da dívida constantes do Plano se fizer um ajuste sério em sua economia e entrar em entendimento com os bancos credores e com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Embora tenha vindo ao Brasil para entendimentos com o governo, Mulford acha impossível o País classificar-se para o Plano Brady durante o governo Sarney. Segundo relato de Sérgio Quintella, Mulford afirmou que sua viagem pela América do Sul — do Brasil ele segue ainda para Venezuela — representa uma nova postura do governo norte-americano em relação à dívida externa desse continente e a aceitação da ideia de que um acordo só pode ser obtido se satisfeitos os interesses dos dois lados, e não só dos credores.

A visita de Mulford ao Brasil não tem por objetivo negociações formais sobre a dívida, embora esse assunto tenha sido o principal em suas conversas com os empresários, com o ministro Mailson da Nóbrega e com o presidente José Sarney. Hoje o subsecretário do Tesouro norte-americano visita o projeto Carajás, onde estão aplicados alguns bilhões de dólares da dívida contraída pelo Brasil.

Durante almoço no Ministério da Fazenda, Mulford ouviu do ministro Mailson da Nóbrega a disposição do governo brasileiro de não pagar os US\$ 2,3 bilhões de juros aos bancos credores, caso não haja acordo com o FMI até o mês que vem, quando vence o prazo para o pagamento. Numa conversa descontraída, o subsecretário do Tesouro admitiu que, em caso de atraso, o importante é o Brasil não formalizar uma moratória, atitude que poderia ser interpretada como uma confrontação.

“O governo americano tem suas opiniões, mas as questões maiores devem ser resolvidas entre o Brasil e o FMI”, disse Mulford, evitando estender-se em considerações sobre essas negociações. Ao final do encontro, Mailson anunciou que o Brasil já liquidou os US\$ 812 milhões que deveriam ter sido pagos ao Clube de Paris até o início do mês passado. Esse pagamento significa, segundo o ministro, que o País não quer o confronto com os credores, apesar da firme disposição de não queimar reservas além do limite estabelecido como “de segurança”.

Mailson da Nóbrega fez questão de ressaltar que o encontro de Mulford com empresários brasileiros foi uma iniciativa do seu ministério, e para possibilitar maior informalidade não contou com a presença de nenhum representante do governo. Na opinião do ministro, a visita do subsecretário do Tesouro norte-americano é extremamente positiva, pois permite uma visão local dos problemas econômicos do País.

Após o encontro com Mailson, David Mulford teve uma audiência com o presidente José Sarney, no Palácio do Planalto. “Foi uma reunião agradável e construtiva”, afirmou Mulford à saída do palácio. Segundo seu relato, foi uma conversa sobre as novas estratégias de tratamento da dívida externa do Terceiro Mundo, onde se enquadra o Plano Brady. “O presidente considerou que o plano é um passo importante na solução da dívida”, revelou Mulford.



Mailson e Mulford: definindo os limites de renegociação da dívida.

Profissão Nênc/AB